

Distribuição de renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano*

Paulo D. Waquil

Professor do Departamento de Economia (DECON) e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Agronegócios (PPGAN) e Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ely José de Mattos

Aluno do Curso de Graduação em Economia da UFRGS, bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq).

Resumo

Este artigo caracteriza a desigualdade da distribuição de renda no Rio Grande do Sul, tecendo comparações entre o meio rural e o urbano. Considerando que a concentração de renda pode ser vista como um dos fatores de situações de pobreza, o trabalho contribui para esse entendimento, apontado aqui como um fenômeno mais amplo e multidimensional. Os principais resultados indicam que a renda média auferida no espaço rural é inferior à renda média no espaço urbano, mas a desigualdade na distribuição é bastante acentuada em ambos espaços, características estas que têm se alterado pouco ao longo das duas últimas décadas.

Palavras-chave

Distribuição de renda; concentração; pobreza rural.

* Este artigo faz parte do projeto **Políticas públicas, agricultura familiar e pobreza rural no Rio Grande do Sul**, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). O artigo foi apresentado no I Encontro de Economia Gaúcha, realizado em 16 e 17 de maio de 2002, em Porto Alegre.

Abstract

This paper characterizes inequalities in income distribution in the state of Rio Grande do Sul (Brazil), making comparisons between the rural and urban environments. Considering that income concentration can be one factor for poverty situations, the paper contributes for this understanding, pointed out as a multidimensional phenomenon. The main results indicate that the average income earned in rural areas is lower than the average income in urban areas, although inequality in income distribution is very deep in both areas. These results have not changed significantly in the last two decades.

1 - Contextualização: pobreza e distribuição de renda no rural e no urbano

De acordo com o relatório sobre pobreza rural elaborado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Rural Povert. Rep., 2001), existe, no mundo, 1,2 bilhão de pessoas em condição de extrema pobreza, condição esta caracterizada por pessoas que vivem com menos de US\$ 1,00 por dia. Desse total, em torno de três quartos trabalham e residem em áreas rurais.

Apesar de que, na Conferência Social realizada em Copenhague em 1995, cada país participante assumiu o compromisso de elaborar e implementar programas de diminuição da pobreza, visando reduzir à metade o número de pobres até o ano 2015, os progressos têm sido muito lentos. Em geral, as áreas rurais permanecem negligenciadas, mesmo apresentando maior concentração de pobres.

Entretanto essa realidade se distingue muito de uma região para outra. A maior parte dos extremamente pobres se concentra no sul da Ásia e na África, embora o número de pessoas nessa situação venha diminuindo (principalmente no sul da Ásia). Por outro lado, na América Latina, o número de pessoas que vive com menos de US\$ 1,00 por dia é bem menor do que nas outras regiões, mas tem aumentado, apresentando um incremento de 15% na última década. Entre as pessoas em condições de extrema pobreza, predominam os grupos indígenas, as mulheres e as crianças rurais e os assalariados rurais, caracterizando, assim, os componentes étnicos e de gênero associados à pobreza (Rural Povert. Rep., 2001).

A condição de pobreza pode ser definida, de uma forma mais abrangente, como um fenômeno multidimensional, com aspectos culturais, sociais e econômicos que se caracterizam por: exclusão e discriminação devido à origem étnica ou ao gênero; carência ou acesso limitado a serviços destinados a satisfazer as necessidades básicas das famílias; e níveis de renda inferiores à quantidade mínima necessária para obter um conjunto básico de bens e serviços para a família, incluindo os alimentos (Hacia..., 2000).

Romão (1993) alerta para a complexidade que envolve o conceito de pobreza, com diferentes percepções e conceituações desse fenômeno, indicando que o resultado disso é a grande variação nas estimativas de incidência de pobreza, mesmo entre estudos relativos a uma mesma área geográfica. Conclui, também, que o conceito de pobreza guarda uma estreita relação com a noção de desigualdade, embora não devam ser tratados como sinônimos.

Com relação à análise da desigualdade e da pobreza, Sen (2001) discute dois tipos de diversidades: a heterogeneidade básica dos seres humanos e a multiplicidade de variáveis em cujos termos a igualdade pode ser julgada. As comparações podem ser feitas sob muitas perspectivas diferentes, como liber-

dades, direitos, rendas, riquezas, recursos, bens primários, utilidades, capacidades. Sugere, então, a identificação da capacidade de as pessoas realizarem funcionamentos (que podem variar desde os mais elementares, como estar bem nutrido e livre de doenças, até os mais complexos, tais como ter respeito próprio e participar na vida da comunidade) como uma abordagem geral à avaliação dos ordenamentos sociais. Sen vê a pobreza como a privação de alguma satisfação mínima de capacidades elementares, diferenciando-se do foco informacional utilizado como padrão na economia do bem-estar, que tende a se concentrar nas rendas, na riqueza e nas utilidades. Entretanto alerta que, mesmo que as comparações no espaço dos funcionamentos sejam mais relevantes para a análise do bem-estar, em determinados contextos podemos estar interessados nas posições relativas de diferentes indivíduos ou grupos em termos de rendas, bens primários ou recursos. Mesmo se a distribuição de rendas nos dá pouca idéia das desigualdades no bem-estar como tal, não se segue que a distribuição de renda não tenha interesse direto, pois existem outras motivações possíveis que não a comparação de bem-estar.

Da mesma forma, De Janvry e Sadoulet (2001) argumentam que a pobreza é multidimensional, incluindo não apenas a escassez de renda ou a incerteza associada a essa escassez, mas, também, as frágeis condições de saúde e educação. Entretanto afirmam que a incidência de baixos níveis de renda é maior nas populações rurais, assim como são menores os níveis de saúde e educação. Os autores sugerem que ainda persiste uma discrepância muito grande entre a pobreza rural e a urbana, particularmente no caso da pobreza extrema.

O relatório do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola aponta, também, dois tipos principais de pobreza rural na América Latina: a estrutural e a transitória. O primeiro tipo (a pobreza estrutural) afeta, principalmente, as mulheres rurais, as comunidades indígenas, e outras minorias étnicas assentadas nas zonas rurais da região; essa pobreza se caracteriza por níveis de educação muito baixos ou nulos, carência de recursos produtivos e falta de acesso aos serviços básicos rurais. Por sua vez, o segundo tipo (a pobreza transitória) inclui famílias de pequenos agricultores, especialmente vulneráveis às mudanças produzidas pelos processos de reforma estrutural, às crises econômicas e à instabilidade social e política dos países; esse tipo de pobreza inclui aqueles que possuem pequenas parcelas de terra e que têm certa relação com os mercados, mas sua renda situa-se no limite da linha de pobreza.

Dentre as causas da pobreza rural, alguns estudos (Pobreza..., 2001; Hacia..., 2000; Veiga, 2000) apontam diversos fatores, entre os quais estão: (a) as raízes históricas da pobreza rural, com a conquista e a colonização do território latino-americano pelos europeus e a redução dos habitantes nativos à condição de escravos, assim como o tráfico de africanos na condição de escravos, discriminando-os e marginalizando-os das dinâmicas sociais e econômicas;

(b) a instabilidade dos marcos políticos na região, caracterizada pela ocorrência de diversos golpes de estado e guerras civis, associados à má gestão de governantes ligados às oligarquias rurais ou industriais, excluindo, sistematicamente, da vida pública os segmentos sociais empobrecidos; (c) a adoção de modelos macroeconômicos e de políticas de desenvolvimento, incluindo, aqui, a modernização compulsória da agricultura, subvencionando e protegendo setores específicos; (d) a elevada concentração fundiária, somada à baixa rentabilidade das atividades agrícolas e à tendência de queda nos preços dos produtos agrícolas; (e) os investimentos insuficientes em capital humano e social e em infraestrutura rural; (f) as dificuldades de consideração da heterogeneidade no meio rural, das questões étnicas e de gênero.

Echeverría (2000) cita três problemas básicos que se colocam a partir das situações de pobreza rural: nutrição insuficiente, problemas de saúde e educação deficiente; oportunidades escassas de emprego nas atividades agrícolas e não-agrícolas; e baixo grau de organização para promover efetivamente os interesses rurais. O autor indica, também, que o número e a variedade de circunstâncias que causam a pobreza rural, assim como a heterogeneidade de condições que se apresentam nos diferentes países e regiões, dificultam a busca de soluções efetivas e eficientes para elevar o bem-estar da população rural. Por sua vez, De Janvry e Sadoulet (2001) destacam que a pobreza rural na América Latina representa um enorme desperdício de recursos produtivos e uma fonte de externalidades negativas para o resto da sociedade, através da migração que transfere a pobreza para o meio urbano, da desestabilização política em várias regiões do continente e, em muitos casos, da deterioração do meio ambiente.

Especificamente no Brasil, a realidade não é muito distinta desse contexto latino-americano. Diversos trabalhos têm sido feitos caracterizando, discutindo as causas e as conseqüências da pobreza no País. Barros, Henriques e Mendonça (2000) analisam os elevados níveis de pobreza e a manutenção de uma enorme desigualdade na distribuição de renda no País que dificultam as oportunidades de inclusão econômica e social. A partir de diversas comparações com outros países, concluem que a pobreza no Brasil não deve ser simplesmente associada à escassez de recursos, mas, sim, à má distribuição dos recursos existentes, que se mantém estável, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas.

A má distribuição dos recursos é analisada também por Corrêa (1998), caracterizando a evolução da economia brasileira por um processo que acentuou a concentração de renda até o final da década de 80. Foi somente após o final dos anos 60, com a maior disponibilidade de informações confiáveis sobre a distribuição de renda no País, que se tornou possível a implementação de pesquisas adequadamente fundamentadas sobre o tema. Desde então, o debate sobre pobreza e distribuição de renda vem intensificando-se. A autora indica

que a alta incidência de pobreza no Brasil está associada ao fato de que as disparidades na distribuição de renda contribuem para as variações nas medidas de pobreza. Enfatiza, também, que os desequilíbrios regionais quanto à pobreza e à desigualdade de renda se mantêm (e mesmo se ampliam) principalmente no meio rural, confirmando o que Hoffmann (1990) já apontava.

Analisando diversas medidas de desigualdade e de pobreza, Corrêa (2001) volta a evidenciar que o crescimento contínuo da desigualdade entre as pessoas ocupadas nas duas últimas décadas, associado a diferentes níveis de rendimento médio nas várias regiões geográficas, se traduz em elevados índices de pobreza e contribui para aprofundar os históricos desequilíbrios regionais que caracterizam o País.

Veiga (2000) alerta que a pobreza é proporcionalmente maior no meio rural de todas as regiões brasileiras. Entretanto já aponta as disparidades regionais existentes. A distribuição da pobreza não é homogênea entre as regiões: enquanto no Nordeste (a região mais pobre do País) as diferenças entre o espaço urbano e o rural são tênues, no Sudeste e no Sul a proporção de pobres no meio rural chega a ser duas vezes superior à proporção de pobres no meio urbano.

É nesse contexto que se insere o presente artigo. A maior parte dos estudos tem enfatizado as disparidades regionais no País, apontando principalmente para a gravidade da pobreza rural na Região Nordeste. Este estudo visa ilustrar a existência de desigualdades também no sul do País, caracterizando e analisando a desigualdade na distribuição de renda no Rio Grande do Sul e tecendo comparações entre o meio rural e o urbano.

Este não pretende ser um artigo que aprofunda o entendimento sobre pobreza, caracterizada, aqui, como um fenômeno mais amplo e multidimensional. Através da análise da distribuição de renda, apenas um dos componentes desse fenômeno, pretende-se dar uma contribuição para avançar na compreensão das situações de pobreza.

2 - Aspectos metodológicos

A fonte dos dados utilizados neste estudo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Essa pesquisa é desenvolvida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1967, com a finalidade de coletar informações sobre as características socioeconômicas da população brasileira. A partir de 1971, a divulgação obedece a uma periodicidade anual, sendo interrompida apenas nos anos censitários. Desde 1992, a Pesquisa cobre todo o território nacional, com exceção da parcela rural da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá).

Entre as informações apuradas, estão as de caráter permanente, tais como educação, trabalho, renda e habitação, e outras periódicas, como migração, fecundidade, nupcialidade e saúde. É importante salientar que, como se trata de uma pesquisa por amostra de domicílios, para obter uma estimativa da população, as PNADs fazem uso de um fator de expansão correspondente ao peso que cada pessoa (ou domicílio) tem na amostra.

Mesmo tratando-se de uma pesquisa extremamente rica em informações socioeconômicas e de importância cada vez maior como fonte de dados para as pesquisas desenvolvidas no País, as PNADs ainda têm problemas relacionados com a sua metodologia. Uma de suas limitações é quanto à distinção entre o rural e o urbano. As PNADs utilizam a mesma classificação do Censo Demográfico, ou seja, durante toda uma década é utilizado o mesmo corte rural/urbano do Censo imediatamente anterior, desconsiderando-se as mudanças que, de fato, ocorrem ao longo do período. Silva (1999) alerta para a diferença considerável notada na passagem de 1990 para 1991, com a execução de um novo Censo Demográfico, quando se percebe que algo em torno de 5 milhões de pessoas estavam sendo contadas a mais na população rural, fruto da falta de ajuste da classificação das áreas que eram rurais e deixaram de ser no decorrer da década de 80.

Outro aspecto importante que deve ser observado quanto às limitações das PNADs se refere ao conceito de trabalho. As pesquisas da década de 80 contavam como pessoa ocupada aquela que tinha 15 horas ou mais de trabalho semanal e 10 anos ou mais de idade, sendo que a produção para consumo próprio e a construção para uso próprio não existiam como classificações possíveis. A partir da década seguinte, ocorreram reformulações: agora são contados como ocupados aqueles indivíduos que têm 10 anos ou mais de idade e que trabalham mais de uma hora semanal; além disso, os que produzem para próprio consumo e constroem para uso próprio, desde que respeitem as condições citadas acima, também são considerados ocupados e têm classificação própria. Especificamente no presente estudo, consideramos apenas os indivíduos que declararam trabalhar 15 horas ou mais por semana, permitindo, então, a comparação dos resultados ao longo do tempo. Além disso, a criação das duas novas categorias de trabalho não afeta os resultados, pois ambas não refletem nenhum tipo de rendimento.

Conforme já apontado por Corrêa (1998), as PNADs também apresentam limitações no que se refere às variáveis de rendimentos, especialmente para o meio rural. Os principais problemas são: precariedade (ou ausência) de informações sobre rendimentos variáveis, autoconsumo, transferências e rendas da propriedade; aplicação do mesmo tipo de questão para os rendimentos do trabalho para os empregados formais, informais, autônomos e proprietários; ausência de valores para rendas ou benefícios em espécie dos produtores agrícola-

las e trabalhadores por conta própria (há apenas informação sobre pagamento em espécie para empregados e parceiros); e ausência de informações sobre gastos com insumos, o que afeta diretamente a renda líquida dos produtores rurais. Como resultado final, as PNADs podem subestimar as rendas e superestimar a pobreza no meio rural. Mesmo com essas limitações, as PNADs são as fontes não censitárias mais importantes para os estudos sobre a população no País.

Para o período de análise no presente artigo, 1981-99, utilizamos os microdados da Pesquisa, em meio digital, para todos os anos, com exceção daqueles nos quais a PNAD não foi executada (1991, por ocorrência do Censo Demográfico, e 1994, por fatores excepcionais) e com exceção de 1997, quando, apesar de a pesquisa ter sido realizada e os resultados terem sido divulgados, não conseguimos ter acesso aos mesmos.

Para a seleção da nossa amostra, primeiramente, foi isolado o Estado do Rio Grande do Sul, que é o foco do estudo. Feito isso, foram selecionadas apenas as pessoas que são alvo da análise. Os indivíduos foram selecionados pelos seguintes critérios básicos:

- a) ter 10 anos de idade ou mais;
- b) trabalhar no mínimo 15 horas por semana;
- c) ter rendimento mensal positivo.

Com a amostra selecionada, foram escolhidas as variáveis para compor o exercício analítico, partindo daquelas que dizem respeito à renda das pessoas, que são: Renda Mensal de Todos os Trabalhos (RTTR) e Renda Mensal de Todas as Fontes (RTF), assim como das variáveis de classificação da situação censitária das pessoas investigadas. A RTTR é composta por todos os rendimentos provindos de remuneração por qualquer trabalho realizado no período de referência da pesquisa, enquanto a RTF retrata o somatório dos rendimentos provindos do trabalho com aqueles que se originam de outras fontes, tais como aposentadorias, pensão, rendimentos em investimentos, aluguéis, mesada, etc. As rendas foram deflacionadas a preços de dezembro de 2001, utilizando como deflator o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Num primeiro momento, foram calculadas médias e percentis, buscando apresentar algumas medidas de estatística descritiva que auxiliam na melhor compreensão dos fatos, sempre fazendo a comparação entre o rural e o urbano. Para trabalhar com a distribuição de renda, foram utilizadas duas medidas de desigualdade de distribuições: o Índice de Gini (G) e os Índices de Theil (T e L), conforme apresentado em Hoffmann (1998). Esses índices obedecem ao critério de Pigou-Dalton, que estabelece que o valor das medidas de desigualdade deve aumentar quando ocorrem transferências regressivas de renda.

O Índice de Gini (G) pode ser entendido com base na Curva de Lorenz, como o quociente entre a área de desigualdade (a) e o valor desse limite, ou

seja, $G = a / 0,5 = 2a$. Uma das principais vantagens dessa medida é justamente essa associação direta com a posição da Curva de Lorenz na caracterização do grau de desigualdade de uma distribuição. O índice pode variar de 0 (perfeita igualdade) a 1 (perfeita desigualdade na distribuição).

Para a análise da distribuição de renda, a partir dos dados das PNADs, calculamos **G** da seguinte forma:

$$G = 1 - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (\Phi_i + \Phi_{i-1})$$

onde Φ_i representa a proporção de renda acumulada até a i -ésima pessoa.

Por sua vez, os Índices de Theil são fundamentados no conceito de entropia de uma distribuição, entendida como uma medida do grau de igualdade da distribuição. O grau de desigualdade é, então, obtido pela subtração da entropia da distribuição do seu valor máximo. De acordo com Hoffmann (1998), o índice **T** é igual ao logaritmo de uma média geométrica ponderada das rendas relativas, sendo fatores de ponderação as frações da renda. Por outro lado, o índice **L** é dado pelo logaritmo da média geométrica das rendas relativas com o sinal trocado, ou, ainda, pelo logaritmo da razão entre a média aritmética e a média geométrica das rendas individuais.

Para apuração dos Índices de Theil, **T** e **L**, foram utilizadas as seguintes expressões:

$$T = \frac{1}{n\mu} \sum_{i=1}^n x_i \log x_i - \log \mu$$

e

$$L = -\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \log \frac{x_i}{\mu}$$

onde x_i representa a renda da pessoa i e μ é a média das rendas. Observa-se **T** = 0 quando temos uma distribuição perfeitamente igualitária e **T** = $\log n$ na desigualdade máxima.

Uma peculiaridade bastante interessante dos Índices de Theil é a sua sensibilidade a valores muito altos na distribuição, o que faz com que, em casos nos quais se observa um indivíduo com renda muito acima que a dos outros indivíduos, o índice tenha um valor bastante elevado.

Tabela 1

RTTR no RS — 1981-1999

ANOS	RURAL (R\$)	URBANO (R\$)	RTTR RURAL/ /RTTR URBANA (%)
1981	642,66	1 085,63	59,20
1982	578,58	1 156,43	50,03
1983	477,32	848,59	56,25
1984	454,71	718,16	63,32
1985	532,40	884,84	60,17
1986	890,14	1 360,29	65,44
1987	397,30	935,82	42,46
1988	315,40	849,63	37,12
1989	339,76	969,11	35,06
1990	316,01	918,71	34,40
1992	565,89	868,46	65,16
1993	588,66	869,23	67,72
1995	529,77	983,46	53,87
1996	529,05	1 021,10	51,81
1998	502,08	998,34	50,29
1999	484,09	851,53	56,85

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

NOTA: Reais de dez./01.

Tabela 2

RTF no RS — 1981-1999

ANOS	RURAL (R\$)	URBANO (R\$)	RTF RURAL/RTF URBANA (%)
1981	660,58	1 153,71	57,26
1982	611,17	1 245,71	49,06
1983	482,53	904,40	53,35
1984	463,87	766,71	60,50
1985	539,17	938,21	57,47
1986	893,93	1 418,09	63,04
1987	401,72	993,63	40,43
1988	317,92	894,73	35,53
1989	344,56	1 012,20	34,04
1990	319,35	964,14	33,12
1992	578,10	915,63	63,14
1993	601,10	937,53	64,12
1995	553,31	1 056,87	52,35
1996	541,69	1 094,87	49,48
1998	525,34	1 082,15	48,55
1999	481,93	932,67	51,67

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

NOTA: Reais de dez./01.

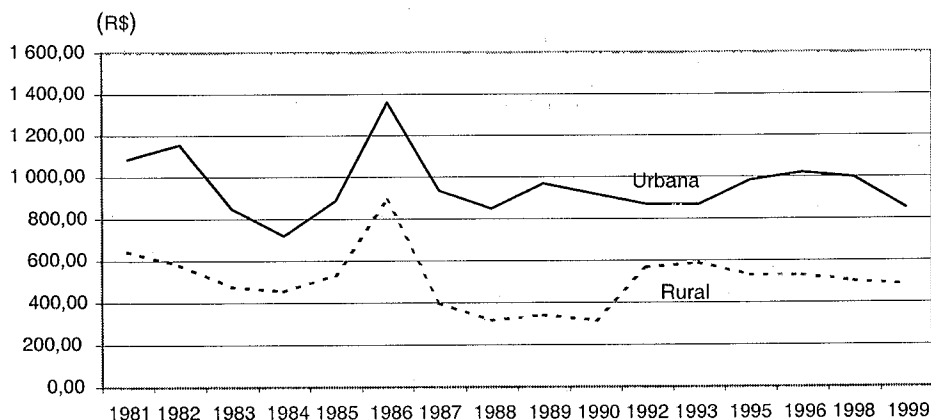
3 - Renda média no rural e no urbano

As rendas analisadas foram deflacionadas a preços de dezembro de 2001 através do IGP-DI. Convém ressaltar que a análise num longo período de tempo é muito sensível à escolha do deflator, mas aqui o objetivo é estabelecer a comparação entre o rural e o urbano, com todos os valores submetidos ao mesmo deflator. Os resultados para a RTTR e para a RTF encontram-se nas Tabelas 1 e 2 respectivamente. O Gráfico 1, apresentado a seguir, permite uma melhor visualização do comportamento da RTTR ao longo do tempo.

Em termos de comparação entre RTTR e RTF, pode-se dizer que os valores encontrados são muito parecidos. Os valores apresentados nas Tabelas 1 e 2 indicam que as demais fontes de renda, que se somam à renda de todos os trabalhos remunerados, não exercem impactos substanciais na renda tanto no espaço rural como no urbano. Dessa forma, nossa análise enfatiza mais o comportamento da RTTR, buscando evitar repetições em excesso. **Essa observação já aponta como um primeiro resultado do trabalho: a pequena importância que as demais fontes ainda têm na formação da renda tanto rural como urbana.**

Gráfico 1

RTTR no RS — 1981-1999



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

NOTA: Reais de dez./01.

Observando o comportamento das rendas, nota-se um período inicial com maiores oscilações, mas uma certa estabilização ao final do período considerado. Nos primeiros anos da década de 80, tanto a renda rural como a urbana demonstraram uma tendência bem acentuada de queda. Porém, em 1986, ano do Plano Cruzado, que inaugurou uma série de planos para o controle inflacionário, houve uma brusca elevação das rendas, que atingiram valores máximos no período. A RTTR da população rural passou de R\$ 532,40 em 1985 para R\$ 890,14 em 1986, mas, em 1987, retornou a R\$ 397,30. Com relação à população urbana, a RTTR passou de R\$ 884,84 em 1985 para R\$ 1.360,29 em 1986, voltando a R\$ 935,82 em 1987.

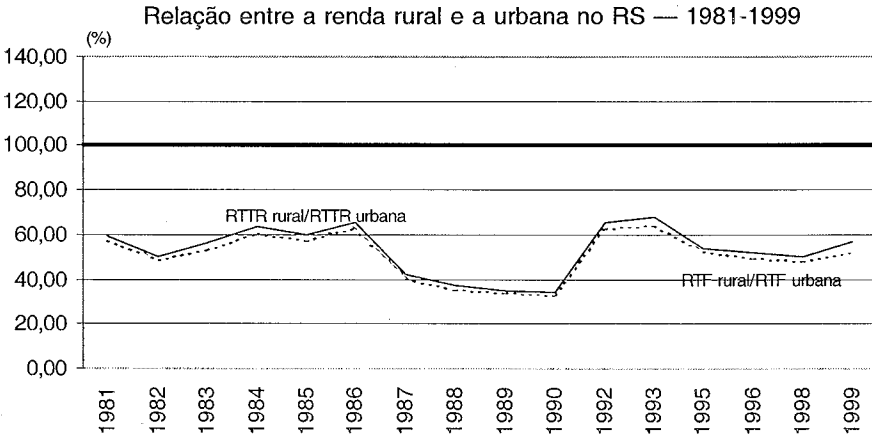
Particularmente no caso das rendas rurais, os valores observados no final da década de 80 foram os mais baixos de todo o período analisado. Houve uma leve recuperação no início da década de 90, mas, após a implementação do Plano Real, em 1994, as rendas rurais voltaram a cair. A RTTR da população rural caiu de R\$ 588,66 em 1993 (antes do Plano Real) para R\$ 484,09 em 1999 (último ano da nossa análise). Por outro lado, as rendas urbanas seguiram crescendo após a implementação do Plano Real, crescimento este que foi revertido somente em 1999, após a desvalorização cambial ocorrida a partir de janeiro daquele ano.

A fim de analisar de forma mais aguçada a relação entre a renda rural e a renda urbana, o Gráfico 2 ilustra a informação já apresentada na última coluna das Tabelas 1 e 2, estabelecendo a comparação entre os valores observados em termos percentuais. Chama atenção o fato de que, durante toda a série temporal, a renda rural foi significativamente mais baixa que a urbana. Na média de todo o período, a RTTR rural representou apenas 53% da RTTR urbana, oscilando entre 34,40% e 67,72%.

O Gráfico 2 permite-nos visualizar também que as demais fontes de renda, que se somam à renda dos trabalhos remunerados, praticamente não influenciam na comparação entre o rural e o urbano. **Aqui, a observação aponta como um segundo resultado do trabalho: a renda média auferida pela população rural que é consideravelmente inferior à renda média auferida pela população urbana.**

A análise a seguir permite caracterizar melhor a distribuição da renda a partir de outras medidas de posicionamento, que são apuradas aqui apenas para o ano de 1999. Os percentis apresentados na Tabela 3 retratam, novamente, pequenas diferenças entre RTTR e RTF. Por outro lado, mais uma vez, as diferenças entre a renda no espaço rural e no urbano são marcantes.

Gráfico 2



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.
Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

Especialmente a partir do 50º percentil, as diferenças entre a renda rural e a urbana acentuam-se. Os 10% de menor renda (10º percentil) ganham, em termos de RTTR, até R\$ 94,40 no meio rural e até R\$ 136,00 no urbano. Considerando os 50% de menor renda, estes ganham até R\$ 216,50 no meio rural e até R\$ 370,00 no urbano. Para deixar bem clara a assimetria na distribuição de renda, quando comparados rural e urbano, pode-se observar que os 90% de menor renda no espaço rural ganham até R\$ 660,00, enquanto, no urbano, esse valor chega a atingir R\$ 1.500,00, isto é, bem mais que o dobro do rural.

Tabela 3

Valor da RTTR e da RTF, por percentis e situação de domicílio, no RS — 1999

PERCENTIS	RTTR		RTF	
	Rural	Urbana	Rural	Urbana
10º	94,40	136,00	105,00	136,00
25º	136,00	220,00	136,00	237,75
50º	216,50	370,00	230,50	400,00
75º	400,00	700,00	380,00	800,00
90º	660,00	1 500,00	660,00	1 500,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.
Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

NOTA: Reais de dez./01.

Quanto à apropriação da renda, a Tabela 4 apresenta, de forma objetiva, a grande assimetria existente tanto no rural como no urbano. Novamente, as diferenças entre RTTR e RTF são muito pequenas. Partindo da análise da apropriação de renda por parte dos mais pobres, observa-se, com clareza, a pequena parcela que os mesmos possuem. Os 1% mais pobres rurais (para RTTR) detêm a ínfima parcela de 0,07%, enquanto os 1% mais pobres urbanos ficam com apenas 0,09% da renda.

A análise segue assimétrica nos diversos estratos apresentados. A metade mais pobre da população rural se apropria de apenas 18,15% da renda dos trabalhos remunerados, em contraste com a metade mais rica da população rural, que detém 81,85% da renda. No caso da população urbana, o percentual apropriado pela metade mais pobre cai para 16,43%, ao passo que a metade mais rica se apropria de 83,57% da renda. Também são impressionantes os valores encontrados no extremo dos indivíduos de maior renda. Os 1% mais ricos do espaço rural ficam com 14,65%, e os moradores das áreas urbanas detêm 8,61%.

Cabe ressaltar um aspecto interessante: a assimetria da distribuição nos extremos (1% e 10%) é maior no rural do que no urbano; entretanto, nos estratos intermediários (25% e 50%), a assimetria é menor no rural do que no urbano. Na seção seguinte, são apresentados os índices de concentração que permitem estabelecer comparações com mais facilidade. **Porém, neste momento, já se pode apontar um terceiro resultado do trabalho: apesar das diferenças marcantes com relação à média, a distribuição de renda é bastante assimétrica tanto no espaço rural quanto no urbano.**

Tabela 4

Apropriação da RTTR e da RTF no RS — 1999

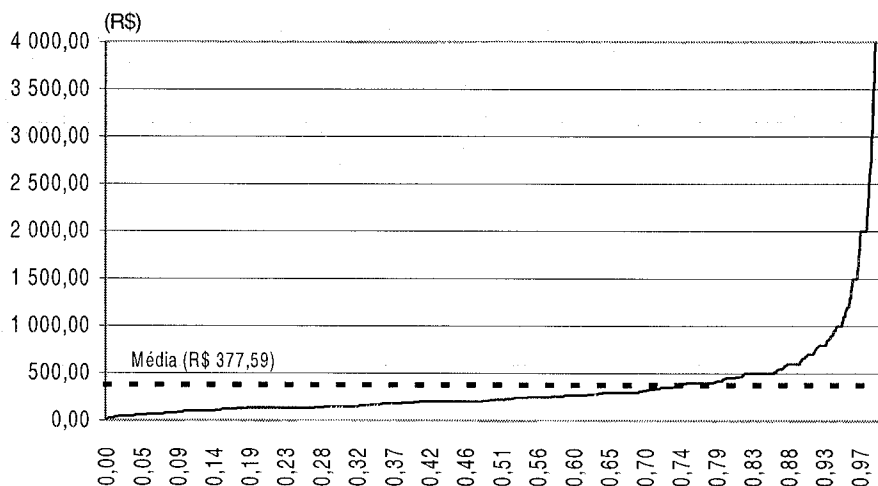
DISCRIMINAÇÃO	RURAL		URBANO	
	RTTR	RTF	RTTR	RTF
1% mais pobres	0,07	0,06	0,09	0,07
10% mais pobres ...	1,61	1,91	1,81	1,49
25% mais pobres ...	7,18	8,30	5,83	5,39
50% mais pobres ...	18,15	19,03	16,43	17,65
50% mais ricos	81,85	80,97	83,57	82,35
25% mais ricos	59,39	61,50	63,58	62,85
10% mais ricos	43,50	42,39	38,91	43,09
1% mais ricos	14,65	14,04	8,61	11,24

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

Por fim, os Gráficos 3 e 4 representam as curvas de quantis, ou seja, quanto cada parcela percentual da população ganha em termos de renda, expressa em valores nominais.¹ A distribuição percentual das pessoas é representada no eixo horizontal, ordenando dos de menor renda para os de maior renda. No eixo vertical, tem-se o valor da renda que cada uma dessas parcelas alcança. No caso da renda média rural, que foi de R\$ 377,59 em 1999, constata-se que aproximadamente 74% das pessoas não atingiram o valor médio. Usando a média de rendimento urbano, que é de R\$ 664,20 naquele mesmo ano, observa-se que em torno de 73% estão abaixo de tal patamar. É importante alertar que, apesar de as curvas terem um mesmo formato e uma percentagem de população abaixo da média de rendimentos muito próxima, os rendimentos rurais são muito mais baixos. Isso reforça os resultados já apontados anteriormente: a distribuição de renda no espaço rural apresenta um valor médio bem inferior ao valor correspondente no espaço urbano, mas a distribuição é bastante assimétrica nos dois meios.

Gráfico 3

Curva de quantis de apropriação da RTTR para a população rural no RS — 1999

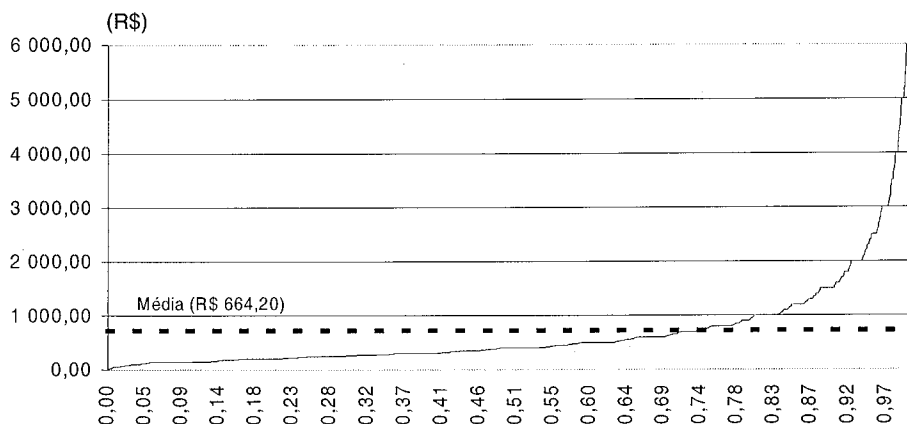


FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

¹ Os rendimentos utilizados na construção das curvas de quantis de renda não estão deflacionados, assim como a média agora apresentada, diferindo do valor apontado anteriormente.

Gráfico 4

Curva de quantis de apropriação da RTTR para a população urbana no RS — 1999



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

4 - Desigualdade e concentração de renda

No capítulo inicial da obra sobre desigualdade e pobreza no Brasil editada pelo IPEA, Barros, Henriques e Mendonça (2000) alertam para a enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, argumentando que o Brasil não é um país pobre, mas, sim, um país com muitos pobres. Apontam, ainda, que a desigualdade surpreende tanto por sua intensidade como por sua estabilidade ao longo das últimas décadas, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais ocorridas no País. Nesta seção, são apresentados os resultados encontrados para os índices de concentração de renda, novamente comparando o espaço rural e o urbano no Rio Grande do Sul.

Nas Tabelas 5 e 6, estão os índices de Gini e de Theil encontrados, considerando, respectivamente, os RTTR e os RTF. O Gráfico 5 auxilia na visualização dos resultados, apresentando o Índice de Gini ao longo das duas décadas analisadas. Assim como na análise anterior, as demais fontes de renda pouco afetam o cálculo dos índices, de forma que essas outras fontes não têm sido eficazes na redução (ou agravamento) da concentração de renda ao longo do período.

Tabela 5

Índice de Gini (G) e Índices de Theil (T e L) para a RTTR
no RS — 1981-1999

ANOS	RURAL			URBANO		
	Gini	Theil T	Theil L	Gini	Theil T	Theil L
1981	0,5435	0,9302	0,5420	0,5573	0,6572	0,5642
1982	0,4508	0,4101	0,3448	0,6003	0,7212	0,6702
1983	0,4958	0,6937	0,4349	0,5846	0,6942	0,6220
1984	0,4957	0,5211	0,4211	0,5828	0,6514	0,6264
1985	0,5287	0,5485	0,4974	0,6088	0,7003	0,7102
1986	0,5673	0,6987	0,5634	0,6253	0,8754	0,7201
1987	0,4999	0,5557	0,4303	0,5993	0,6819	0,6643
1988	0,5265	0,5917	0,5136	0,6360	0,8242	0,7753
1989	0,4822	0,4876	0,4137	0,6262	0,7683	0,7410
1990	0,5411	0,6293	0,5199	0,5983	0,6983	0,6728
1992	0,5200	0,5837	0,4843	0,5353	0,5935	0,5122
1993	0,5226	0,5638	0,4819	0,5634	0,7873	0,5662
1995	0,5161	0,5822	0,4709	0,5531	0,6280	0,5393
1996	0,4912	0,4679	0,4240	0,5459	0,6045	0,5250
1998	0,4912	0,4848	0,4243	0,5465	0,6212	0,5243
1999	0,5164	0,5923	0,4653	0,5310	0,5498	0,4933

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA
DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE,
1981-1999.

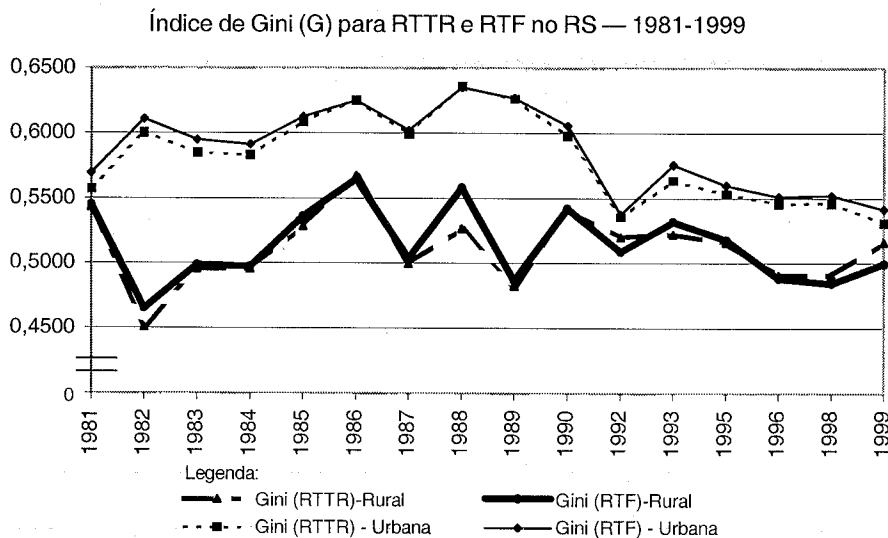
Tabela 6

Índice de Gini (G) e Índices de Theil (T e L) para a RTF
no RS — 1981-1999

ANOS	RURAL			URBANO		
	Gini	Theil T	Theil L	Gini	Theil T	Theil L
1981	0,5451	0,9250	0,5453	0,5694	0,6823	0,5903
1982	0,4649	0,4399	0,3672	0,6110	0,7524	0,6976
1983	0,4989	0,6899	0,4785	0,5947	0,7129	0,6659
1984	0,4977	0,5174	0,4504	0,5913	0,6856	0,6499
1985	0,5362	0,5653	0,5501	0,6126	0,7125	0,7192
1986	0,5648	0,6912	0,5578	0,6254	0,0825	1,6031
1987	0,5042	0,5590	0,4800	0,6022	0,6883	0,6773
1988	0,5582	0,7001	0,7029	0,6354	0,8187	0,7746
1989	0,4868	0,4917	0,4397	0,6271	0,7674	0,7484
1990	0,5418	0,6261	0,5457	0,6054	0,7149	0,6902
1992	0,5089	0,5574	0,5058	0,5378	0,5973	0,5191
1993	0,5322	0,5792	0,5535	0,5757	0,8262	0,5991
1995	0,5181	0,6066	0,4895	0,5600	0,6499	0,5566
1996	0,4886	0,4638	0,4138	0,5512	0,6134	0,5374
1998	0,4844	0,4762	0,4085	0,5519	0,6364	0,5350
1999	0,4997	0,5570	0,4355	0,5418	0,5806	0,5164

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA
DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE,
1981-1999.

Gráfico 5



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

Numa análise geral, os índices correspondentes ao espaço rural são inferiores àqueles encontrados para o espaço urbano, apontando mais um resultado deste trabalho: uma menor concentração de renda no rural do que no urbano.

Entretanto os valores oscilam bastante ao longo do período. O Índice de Gini para a RTTR rural varia entre 0,4508 e 0,5673, enquanto para a RTTR urbana varia entre 0,5310 e 0,6360. Observa-se uma tendência de aumento na concentração de renda, na década de 80, em ambos espaços (rural e urbano). Por exemplo, o Índice de Gini para a RTTR rural atingiu o valor máximo em 1986 e para a RTTR urbana em 1988. Já na década de 90, essa tendência foi revertida no espaço urbano, com a redução dos índices de concentração de renda (principalmente no início da década) chegando ao valor mínimo em 1999, mas a concentração de renda manteve-se estável no espaço rural.

Como forma de ilustrar uma distribuição num momento específico, também se pode utilizar a Curva de Lorenz. Essa curva mostra como a proporção apropriada da renda total (eixo vertical) aumenta em função da proporção da população (eixo horizontal). No caso hipotético em que todos os indivíduos tivessem o mesmo rendimento, as proporções seriam iguais, e a curva seria representada pela linha de perfeita igualdade. Essa linha é usada como parâmetro

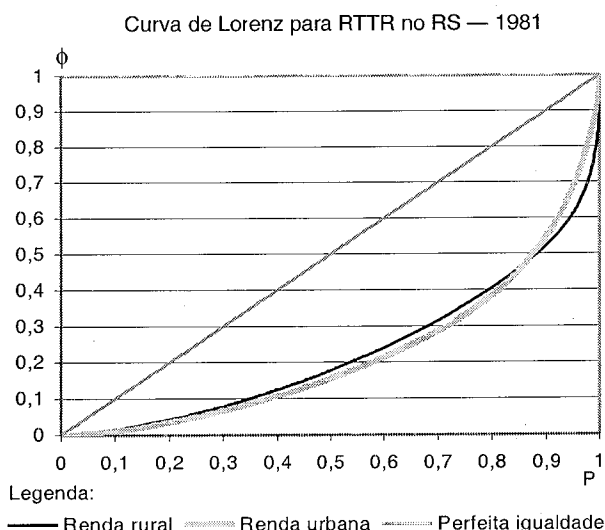
de comparação. Quanto maior a área entre a Curva de Lorenz e a linha de perfeita igualdade (área de desigualdade), maior é a desigualdade da distribuição.

Nos Gráficos 6 e 7, são apresentadas as Curvas de Lorenz para RTTR referentes aos anos de 1981 e 1999, respectivamente início e fim do período aqui analisado. Em cada um desses gráficos está retratado o comportamento dos rendimentos urbanos e rurais. Em 1981, as duas curvas mantiveram uma maior distância entre si do que em 1999, formando, naquele ano inicial, áreas de desigualdade mais distintas. A aproximação das curvas no fim do período confirma a tendência de convergência dos Índices de Gini, observada no Gráfico 5.

Outra observação interessante é o fato de que as curvas se cruzam quando a proporção acumulada da população fica em torno de 88% e a da renda em torno de 50%. Esse fato reflete o resultado, já apontado anteriormente, de que a assimetria na distribuição da renda no espaço rural é maior nos extremos da distribuição do que no espaço urbano.

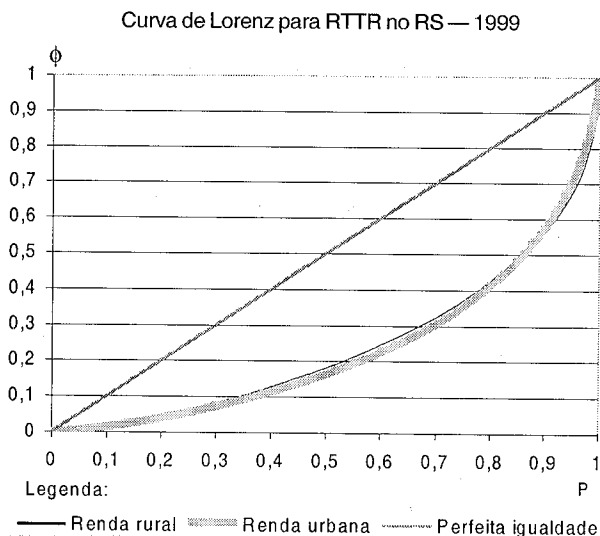
Assim, o último resultado extraído neste trabalho é a verificação da tendência de aproximação dos índices de concentração entre o rural e o urbano, com a redução (ainda que pequena) da concentração de renda no espaço urbano e a estabilidade no espaço rural.

Gráfico 6



FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

Gráfico 7



FORNE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1999.

5 - Conclusão

Neste artigo, buscamos caracterizar a desigualdade na distribuição de renda no Rio Grande do Sul, tecendo comparações entre o espaço rural e o urbano, com a utilização de dados das PNADs referentes ao período 1981-99. Os resultados encontrados indicam pequenas diferenças na análise quando utilizamos a RTTR e a RTF, sugerindo que as demais fontes de renda (que se somam à renda dos trabalhos remunerados) ainda têm pequena importância na formação da renda tanto no rural como no urbano. Também confirmamos que a renda média auferida pela população rural é consideravelmente inferior à renda média auferida pela população urbana, conforme já verificado em diversos estudos em níveis nacional e internacional, citados na contextualização deste trabalho.

Os resultados obtidos indicam a existência de grandes assimetrias na distribuição de renda. De acordo com os índices de concentração calculados, a desigualdade é maior no espaço urbano do que no rural, mas verifica-se uma tendência de aproximação desses índices na última década. Enquanto no espaço urbano se nota uma leve redução da concentração de renda, no espaço rural observa-se uma estabilidade dos índices.

A desigualdade na distribuição de renda é entendida aqui como uma das dimensões das situações de pobreza. Dessa forma, os resultados apresentados neste artigo contribuem para o entendimento desse fenômeno mais amplo e multidimensional, mas não o esgotam. Este trabalho é apenas uma parte de um projeto maior, que objetiva identificar as situações de pobreza rural no Rio Grande do Sul, relacioná-las com a agricultura familiar e propor medidas de políticas públicas. Numa etapa a seguir, estamos buscando relacionar outras variáveis, como educação, saúde, infra-estrutura e acesso a mercados, visando compreender melhor as situações de pobreza em suas múltiplas dimensões.

Entretanto, desde já, podemos apontar algumas implicações. Os resultados aqui obtidos sustentam a proposição de Barros, Henriques e Mendonça (2000). Esses autores não descartam a via do crescimento econômico, mas enfatizam o papel das políticas redistributivas, políticas estas que enfrentem a desigualdade para, assim, reduzir os níveis de pobreza no País. Especificamente com relação ao espaço rural, os resultados sustentam a necessidade de busca de múltiplos caminhos e condições para reduzir a pobreza, conforme já apontado por De Janvry e Sadoulet (2001). Dentre esses múltiplos caminhos, podemos indicar, além do crescimento do setor agrícola, a necessidade do uso sustentável e da conservação dos recursos naturais, a criação de infra-estrutura e a prestação de serviços básicos no meio rural a implementação de políticas sociais voltadas à população rural e a importância crescente das atividades não agrícolas nas áreas rurais, contribuindo para a geração e elevação da renda e alívio às situações de pobreza.

Bibliografia

BARROS, Ricardo P.; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 21-47.

CORRÊA, Angela M. C. J. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira: 1981-1990**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1998.

CORRÊA, Angela M. C. J. Globalização, desigualdade e pobreza: uma análise regional do perfil das pessoas ocupadas na agricultura brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., Recife. **Anais...** Recife, PE: SOBER, 2001.

DE JANVRY, Alain; SADOULET, Elisabeth. La inversión en desarrollo rural es buen negocio. In: ECHEVERRÍA, Rubén (ed.). **Desarrollo de las economías rurales en América Latina y el Caribe**. Washington, DC: BID, 2001. p. 1-41.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. Pobreza rural, microfinanciamento e construção da cidadania. **Contexto Rural**, ano 1, n. 1, out. 2001.

ECHEVERRÍA, Rubén. Opciones para reducir la pobreza rural en América Latina y el Caribe. **Revista de la CEPAL**, v. 70, p. 147-160, abr. 2000.

HACIA una región sin pobres rurales. Santiago: FIDA, 2000.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda e pobreza na agricultura brasileira. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G. E VILLA VERDE, C. M. (org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. (Série IPEA, 127). p. 3-111.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: USP, 1998.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia**, v. 1, n. 2, p. 147-183, jul./dez. 2000.

ROMÃO, Maurício C. **Pobreza: conceito e mensuração**. Brasília: IPEA, 1993. (Cadernos de Economia, 13).

RURAL POVERTY REPORT 2001. [s.l.]: International Fund for Agricultural Development; Oxford University, 2001.

SEN, Amartya K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, J. Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999. (Coleção Pesquisas).

VEIGA, José Eli. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: TEÓFILO, Edson (org.). **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Brasília: NEAD/MDA, 2000. (Estudos NEAD, 2). p. 173-200.